

CARLOS SANT'ANNA

# Hostilizado pela cúpula do PMDB, o líder busca espaço

GERALDO MAGELA



Sant'Anna, líder sem bancada e com áreas de atrito

RITAMARIA PEREIRA  
Da Editoria de Política

"Estou certo de que ninguém vai botar tapete vermelho para eu passar" — desabafou ontem o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, ao avallar as dificuldades que terá para construir um bloco de sustentação parlamentar ao Governo com alas do PMDB. Contudo, frisou que não consta de seus planos medir forças com o líder da bancada, deputado Luiz Henrique. Apenas conta com a possibilidade de reunir a seu favor os coordenadores de bancadas e, através deles, comandar informalmente o partido.

Embora se limite a rir diante dessa hipótese, Sant'Anna sabe que um obstáculo neste trabalho será o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que já provou nos últimos três dias ser bom na hostilidade. Sem dar conhecimento ao líder do Governo, desmarcou a vinda do ministro Fúnaró à bancada do PMDB e, na sessão de votação do regimento, negou sob aplausos a proposta que Sant'Anna fez, sob vaivas, pelo adiamento. Mas acabou cedendo aos fatos, porque um amplo trabalho de esvaziamento do plenário estava planejado.

Até acertar com o líder do PFL, deputado J. José Lourenço, os métodos de esvaziamento do plenário, Sant'Anna passou por diversas fases das negociações, de modo geral, lutando para conquistar espaço. Não foi convidado para muitas das reuniões que a liderança do PMDB promoveu no gabinete e sua presença foi forçada pelos coordenadores de bancada, que vêm se mostrando fiéis ao líder governista.

Essa lealdade, desconflam muitos políticos, estaria sendo conquistada através da distribuição de milhares de cargos. Mas Sant'Anna negou que isso tenha sido ao menos ventilado na sua estratégia. Segundo afirma, "usa a lâbia", mostrando aos peemedebistas que a fase de transição não pode ser comprometida, porque representa anos de luta. E o

discurso conhecido e repetido desde o início da formulação da Nova República. Para o líder governista, os episódios desta semana no plenário provam antes de tudo que a rebeldia do PMDB está em todas as alas e que os grupos não estão mais dispostos a engolir as decisões de cúpula. Nesse sentido, está certo de que os problemas favorecem o PMDB e poderão contribuir para oxigenar a legenda. Mas, garantiu, ainda não entrou na formulação de um mapa que indique de fidelidade a correlação de forças existentes. Segundo disse, além dos 97 peemedebistas que saíram do plenário, 30 dos que ficaram votariam contra o projeto de regimento.

"Tenho muitas etapas pela frente", comentou ontem Carlos Sant'Anna, alegando que em nenhum momento defendeu com intransigência a manutenção dos termos do parágrafo 7º do artigo 57. Pela manhã soube através do senador

Fernando Henrique Cardoso que faltava apoio regimental para incluir os esclarecimentos sobre o que seria "matéria de relevância". Depois da reunião com o PFL, PTB e PMDB, já no gabinete do presidente Ulysses Guimarães, se propôs a redigir um novo texto sob a concordância das lideranças. Foi a seu gabinete mas quando voltou o entendimento havia desandado.

O líder Luiz Henrique levou o texto ao pró-sobrerania e voltou dizendo que não havia aceitação. Depois, reuniu-se com os coordenadores de bancada, sem convidar Sant'Anna, que só através de contatos feitos por iniciativa de alguns dos participantes acabou conquistando espaço para sentar-se entre eles. Nessa altura, o líder governista fora avisado de que havia muita emoção, que poderia contaminar o partido.

Depois de mais algumas

reuniões, parte expressiva do PMDB ficou contra o texto elaborado pelo líder governista, que até o meio da tarde duvidava do êxito da sua estratégia em plenário. O deputado Luiz Henrique provou em diversas ocasiões que tinha número e aprovaria o texto que o Palácio do Planalto rejeitava, ou preferia modificar por acordo.

Um apelo dramático de Carlos Sant'Anna chegou a sensibilizar o PMDB, mas a intervenção do deputado Antonio Brito acabou outra vez jogando por terra as articulações. De acordo com Brito, o partido não poderia ser humilhado pelo PFL. Não adiantou o líder governista assegurar que não estava transacionando com os peelistas. Ficou, no final, com apenas três peemedebistas.

Ninguém quis aceitar o adiamento. Apelou para o presidente Ulysses Guimarães, não só alegando razões políticas como pessoais, chegando mesmo a lembrar a necessidade de se firmar no cargo. A resposta a Sant'Anna chegou seca: impossível. Como foi repetida, depois, no plenário, diante da proposta novamente formalizada.

Pouco antes, o líder governista concluiu que a única saída era apelar aos amigos. Chamou José Lourenço da Frente Liberal, que minutos depois deixava o plenário com sua bancada. E os coordenadores de bancada do PMDB, que conseguiram mostrar que nenhum dos lados possuía garantidos os 280 votos, capazes de fazer pender os resultados contra ou a favor do regimento.

O Palácio do Planalto deu carta branca aos líderes aliados, para agir, como fosse melhor, evitar a aprovação do texto do regimento. E o adiamento acabou surgindo como a opção mais viável. Certo de que o acordo só sairá mesmo na hora da votação e também que vão tentar lhe passar com um trator em cima, Sant'Anna seguiu ontem para a Bahia, de onde só volta depois de quarta-feira de cinzas. Vai usar o período para refletir e montar uma estratégia capaz de não perder o fio tênue de predominância que armou no PMDB.

## Soberania é essencial

ANTONIO BRITTO\*



Na origem de todas as dificuldades enfrentadas pela Constituinte, em seu primeiro mês de intenso funcionamento, está o mesmo problema: a incapacidade da Assembleia de superar o conjunto de perplexidade em que vive.

A perplexidade é estrutural. A Constituinte, expressão fortalecida pelas urnas da vontade popular de implantar uma nova sociedade, convive com Poderes Constituídos e uma ordem jurídica remanescentes do período que se superou e agora se quer sepultar. Diante disto, constituintes conservadores e desatentos à realidade do País comportam-se como se participassem apenas de uma comissão mista para reformar a ordem anterior e não fossem um poder, peculiarmente soberano, mas inevitavelmente ligado à necessidade de afirmar-se para firmar a nova Constituição e a construção do novo no País. Outros, desatentos igualmente à realidade, comportam-se como se a peculiaridade não existisse e pretendem fazer duas constituições. Uma, já, alterando tudo que ficou de 67, outra, dentro de meses.

Esta perplexidade não se romperá sem a afirmação de duas verdades. A primeira é que a Constituinte tem como compromisso fundamental fazer uma constituição democratizadora. A segunda verdade é que isto não ocorrerá se ela não se dotar dos instrumentos indispensáveis. O contrário seria permitir que a Constituinte fracassasse pela ausência de condições, na tentativa de realizar seu objetivo: a Constituição transformadora que o País exige e merece.

Em nome disto, luta-se pela soberania, sinônimo hoje da possibilidade de que ela tenha êxito no resgate do compromisso que assumiu com o futuro brasileiro. Soberania que, diante do peculiar e do grave, procura disciplinar e, assim, tranquilizar a transição democrática. Por isto, a luta para que a Câmara e o Senado, sem deixarem de funcionar para o enfrentamento de questões urgentes e inadiáveis, fiquem em segundo plano diante da Constituinte. Por isto, a luta para que num único ato decisório, a Constituinte, de forma afirmativa e sensata, reafirmasse a plena vigência dos poderes constituídos e da ordem jurídica remanescente de 67 e dela apenas suspendesse ou revogasse os dispositivos que, impedindo a Assembleia de funcionar, a afastasse dos seus objetivos. Por isto, a luta para que o Regimento Interno da Constituinte avançasse no sentido da participação da sociedade, sem perda da ordem e da eficiência.

A tudo isto, os conservadores dão o nome de radicalismo. Entretanto em raciocínios pretensamente democráticos, preferem claramente defender a ordem de 67 e sobrepor-lá à Constituinte, fórmula clara de mais adiante trabalhar para que o novo não se instale e, em consequência, nos limitemos a alterar 67 sem sepultá-lo.

Sejamos claros para romper a perplexidade: o País não aguenta que o novo seja adiado. Novo que nos modernize, estabilize e dê dignidade. Novo que só virá de uma Constituinte afirmada em seus poderes, através de fórmulas que, atentas à peculiaridade e gravidade do momento, assegurem a ela os instrumentos para a realização do seu sagrado compromisso. A luta pela soberania é batalha na guerra entre conservar e mudar o País. Por isso, tem sido tão difícil. Por isto é tão essencial.

Antônio Britto é deputado pelo PMDB do Rio Grande do Sul

## Plenário não dá número para abrir

Estão suspensas as sessões plenárias da Constituinte das próximas quinta e sexta-feiras, a fim de que haja mais tempo para um atendimento entre as lideranças, conforme anunciou ontem o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Apenas 54 dos 559 constituintes estavam em plenário quando Ulysses Guimarães fez o comunicado, ao abrir a sessão com 22 minutos de atraso e encerrá-la com quatro minutos de duração, atendendo a pedido do líder do PTB, deputado Gasthone Righi.

## 90 dias para acertar

Quando foi indicado para líder do Governo na Câmara, o deputado Carlos Sant'Anna afirmou que tentaria se impor no cargo durante três meses. Caso nada conseguisse, desistiria, pois não estava disposto a desgastar-se e sua permanência dependeria do respaldo que encontrasse do Planalto.

Ontem, lideranças peemedebistas previam que ele não insistiria, pois cada vez mais vem sendo aliado nas negociações que se desenvolvem na Constituinte, e, depois, suas interferências antes de facilitar dificultam os entendimentos.

As queixas de alguns pe-

medebistas se concentram no fato de Sant'Anna ter posições ambíguas, sempre colocando sua visão pessoal e não se comprometendo em relação ao Governo.

Com um mês praticamente na liderança do Governo, Sant'Anna acha que arregimentou forças dentro do grupo de coordenadores de bancada, embora na quarta-feira negociações em torno do regimento só tenham contabilizado três deles a seu favor. Ele reconhece que terá obstáculos crescentes a sua atuação, sem admitir, contudo, que já pense em pedir liberação do cargo ao presidente Sarney.

## Cardoso faz cirurgia do olho em SP

O senador Fernando Henrique Cardoso foi operado ontem pela manhã para retirar uma bolsa de gordura nos olhos que, segundo os oftalmologistas, já estava afetando sua visão. Seus assessores, contudo, negam que ele tenha aproveitado a anestesia para fazer uma pequena cirurgia plástica de face.

O senador passa bem e hoje ainda deverá ter alta. A liderança do Governo desconhece a data de seu regresso a Brasília, achando porém que ele deve permanecer em São Paulo os dias de carnaval. Cardoso está internado no Hospital Santa Catarina.

## A "escolinha Walita"

JARBAS PASSSARINHO(\*)

O trabalho dos constituintes não tem merecido uma avaliação correta por parte do público, que é orientado pelos órgãos de comunicação de massa, de sorte a serem considerados como vadios regamente pagos para não trabalhar. O episódio ocorrido no programa da Srª Hebe Camargo, com a presença de um cronista social que se permitiu chamar os constituintes de "corja de vagabundos" é bem uma indicação segura desse estado de espírito, que domina o povo. Isso porque fotografias e noticiários, em geral, focalizaram o plenário da Câmara, muitas vezes vazio, levando à conclusão de que a imensa maioria dos constituintes estaria não apenas fora do plenário como de Brasília. Ora, nenhum parlamento que se preze vive repleto. Visitei o Senado dos Estados Unidos por duas vezes. Na primeira, havia no plenário três senadores, um deles usando da palavra. Na outra vez, havia um pouco mais: menos de dez. Ocorre que meus dias de visita coincidiram com pauta de trabalhos de menor importância. Não havendo votação expressiva, os senadores americanos se permitiam não ficar em plenário, como meninos, estudantes de curso inicial ou fundamental. O Senado americano, porém, onde só se entra mediante convite, entrega já na entrada um folheto que fala a respeito da Instituição. Lá se diz exatamente o que é o Senado, como se compõe, como trabalha. E acrescenta: se você não vir o seu senador no plenário é quase certo que ele estará em seu gabinete, recebendo correios, despachando correspondência, ou em visita a outras partes do Capitólio ou do Executivo, à busca de resolver problemas da área que ele representa. Ademais, no recinto aberto aos visitantes (as galerias) não é permitido sequer falar mais alto, quanto mais apurar como ocorre com frequência entre nós. Também lá não vi profissionais da imprensa a circular no recinto privativo que é dos senadores, o mesmo se dando na Câmara dos Deputados. Tudo obedece a uma ordem impecável, mantida tradicionalmente, por uma questão de convenção entre as partes. Não é preciso pôr lá nenhum regimento de infantaria ou coisa que o valha, porque cada um respeita exatamente o direito dos outros.

Não foi diferente a impressão que colhi ao visitar, também mediante convite pessoal, a Câmara dos Comuns, em Londres, mas aqui a impressão que se transmite ao povo é de que os constituintes devem ficar, como na "escolinha Walita", sentadinhos durante quatro horas a fio, a ouvir o que se convencionou chamar de "pinga-fogo". Na quadra que vivemos, do desenvolvimento de nossos trabalhos, estamos na fase preliminar, a da feitura de nosso regimento interno, baseado no qual se fará a tecitura da nova Constituição. Quanto trabalho já realizamos fora até mesmo do prédio do Congresso! Já consumimos domingos e feriados a preparar anteprojeto desse regimento, desde janeiro. Foram várias sessões de trabalho metuculosas, mas nunca apresentadas ao público. Esse, só viu as fotos do plenário vazio, antes que a chamada nominal dos constituintes pudesse aumentar a presença. No entanto, no domingo em que se iniciava a discussão do projeto do PMDB lá estava o plenário repleto, por todo o dia.

A um jornalista, que me perguntava o porquê das ausências, insistindo na crítica, respondi que a deformação crítica em relação ao Congresso só serviria para desconceitua-lo junto ao povo; e que quando o povo se desse conta, através dessa distorção, de que o Congresso era parasitário e desnecessário, o caminho seria a sua eliminação e o surgimento de uma ditadura. O Congresso é o referencial da liberdade. Onde ele existe ela pode até não ser plena, mas onde está banido certamente não há liberdade.

(\*) É senador pelo PDS do Pará

## de A a Z

## os Constituintes

### Moema São Thiago

Ex-exilada no Chile, Cuba, Argentina e em Portugal, foi ativa participante dos movimentos estudantis e da luta por anistia



Moema Correia São Thiago, 38 anos, é a primeira mulher cearense a chegar à Câmara Federal. Ela elegeu-se pelo PDT com 83 mil 341 votos e foi a candidata que recebeu a maior votação em toda a história de Fortaleza. No Ceará inteiro, ela obteve a segunda colocação em votos, no pleito de novembro passado, com 3,1 por cento do total do Estado.

Antes de ser eleita, Moema, que é advogada trabalhista e socióloga, teve uma vida agitada. Em 1968 foi militante estudantil, na década de 70 resistiu ao autoritarismo e acabou se exilando no Chile, em Cuba, na Argentina e em Portugal. Nesse último país, Moema São Thiago fundou e coordenou o Comitê Pró-Anistia no Brasil, entre os anos de 1975 e 1979, quando ao retornar ao Brasil, participou da fundação do PDT nacional. Em 1985, ela candidatou-se à prefeitura de Fortaleza, mas

foi derrotada por Maria Luiza Fontenele, do PT.

Na Constituinte, Moema São Thiago articula a ação das 25 mulheres deputadas em bloco. "Já tivemos algumas vitórias", conta. "Uma delas, foi obter gabinetes com banheiro, que a imprensa ironizou, mas que tem importância, também". A deputada, acredita que o Palácio do Planalto e a imprensa estão agindo no sentido de desmoralizar a Constituinte, num primeiro momento, mas avisa: "Lutaremos contra isso e nada vai abalar a soberania da Assembleia". Consciente de que não terá uma Constituinte socialista "pois o Congresso é, em sua maioria conservador", ela está disposta a negociar, sempre que necessário "Política é sobretudo, uma arte do convívio", diz. Entre suas bandeiras estão a igualdade para homens e mulheres, a estabilidade no emprego e um salário mínimo justo.

### Evaldo Gonçalves

Parlamentarista, ex-deputado estadual e vereador, defende a restauração de todas as prerrogativas do Poder Legislativo.



Evaldo Gonçalves (PFL-PB), 53 anos, advogado, professor universitário, casado, quatro filhos, foi eleito com 49.219 votos depois de um mandato de vereador em Campina Grande, e de três de Deputado Estadual. Foi líder duas vezes: do Governo Iván Bichara e Wilson Braga. Foi Presidente da Assembleia Legislativa dois períodos. Serviu, antes de ser eleito Deputado Estadual, ao Governo Ernani Sátiro, como Secretário da Administração e Chefe da Casa Civil.

Defende o regime parlamentarista como o ideal para deter a hipertrofia do presidencialismo, responsável, segundo ele, pelo enfraquecimento dos partidos políticos no País. É a favor da implantação de uma ampla política agrícola. Como integrante do Legislativo há dezesseis anos, lutar na Assembleia Nacional

Constituinte, pela restauração e fortalecimento das prerrogativas do Parlamento, ao lado de uma redefinição da Federação Brasileira, a fim de que os Estados e Municípios recobrem o seu prestígio, a sua dignidade e fontes próprias de recursos que lhes dêem autonomia financeira e administrativa, hoje, totalmente desaparecidas.

É autor de uma Emenda ao Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, criando a Comissão de Desenvolvimento Regional, como alternativa válida para a discussão e equacionamento de uma Política Nacional, visando a extinguir os desequilíbrios regionais.

Votará em favor de plebiscito somente para audiência da opinião pública sobre temas considerados de grande teor ético, como o aborto, a pena de morte e a eutanásia.